

DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, *Terça-Feira*, 21 e *Quarta-Feira*, 22 de abril de 2026 | edição nº 1512

R\$ 2,50

DÓLAR FECHA EM QUEDA COM GUERRA DO IRÃ EM FOCO; BOLSA SOBE COM ALTA DO PETRÓLEO

O dólar fechou em queda de 0,19%, a R\$ 4,973, nesta segunda-feira (20), com os preços do petróleo impulsionando a valorização do real frente à moeda norte-americana e as ações de empresas brasileiras do setor energético na Bolsa.

A commodity avançou em meio à incerteza sobre uma nova rodada de negociações entre EUA e Irã e como reflexo do fechamento do estreito de Hormuz via por onde passa cerca de 20% da produção mundial de petróleo e gás natural liquefeito.

O valor do dólar é o menor desde 7 de março de 2024, quando a moeda encerrou o dia a R\$ 4,933.

O movimento foi mais intenso do que o observado no exterior: o índice DXY, que mede o desempenho da divisa frente a uma cesta de seis moedas fortes, recuou 0,03% ao longo da sessão.

A Bolsa, por outro lado, fechou em alta de 0,20%, aos 196.132 pontos, impulsionada pela valorização das ações do setor de petróleo.

Segundo a XP, a alta das tensões beneficia a condição do Brasil como exportador líquido de petróleo, o que sustenta o saldo comercial do país, fortalece o real e ajuda a mitigar pressões inflacionárias.

"Por outro lado, caso os riscos geopolíticos diminuam e os preços do petróleo recuem, o apetite ao risco

deve retornar ao ambiente pré-conflito, caracterizado por um dólar mais fraco e maior atratividade de mercados emergentes", afirma a instituição em relatório macro. O petróleo voltou a subir nesta segunda-feira, diante de mensagens contraditórias sobre o conflito. Por volta das 17h, o barril do Brent, referência internacional, avançava 5,03%, a US\$ 94,93, no contrato com vencimento em junho deste ano. Na máxima do dia, a commodity chegou a US\$ 97,50 alta de 7,8%.

Em reação, as ações da Petrobras fecharam em alta de 1,83% (ordinárias) e 1,73% (preferenciais). Os papéis da Brava avançaram mais de 4%.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Governo recua de empréstimo e busca alternativa para segurar conta de luz em ano eleitoral

Gilmar pede que Zema seja investigado por fake news após vídeo satírico

Dino propõe reforma do Judiciário e abre novo embate com Fachin por agenda ética

Especialistas veem cenário de "retroalimentação" do endividamento no Brasil



Novonor passa controle da Braskem para IG4 e acordo de acionistas será fechado com Petrobras



NO MUNDO

Incerteza paira sobre negociações de paz entre EUA e Irã após captura de navio iraniano

Negociadores dos Estados Unidos estão a caminho do Paquistão para mais uma rodada de conversas com autoridades iranianas, mas a mídia estatal iraniana disse que autoridades de Teerã podem não comparecer às discussões.

À agência Reuters, uma fonte iraniana de alto escalão afirmou nesta segunda-feira (20) que o país está considerando participar das negociações de paz, mas que a decisão final ainda não foi tomada.

Em paralelo, o presidente Donald Trump disse ao jornal New York Post que o vice-presidente J.D. Vance chegaria a Islamabad em algumas horas, liderando uma delegação americana. Mas, segundo a Reuters, uma fonte afirmou que o vice-presidente ainda não



havia partido dos EUA.

Vance liderou a delegação americana na primeira rodada de negociações, há duas semanas, que também incluiu o enviado de Trump, Steve Witkoff, e o genro Jared Kushner.

A situação é volátil desde que os EUA apreenderam um navio com bandeira iraniana no Golfo de Omã, no domingo (19). Foi a primeira vez que os americanos usaram a força para fazer valer seu bloqueio marítimo.

O Paquistão tenta convencer os EUA a encerrar o bloqueio aos portos irania-

nos, um grande obstáculo para o Irã retomar os esforços de paz.

Com o cessar-fogo de duas semanas prestes a expirar nesta terça-feira (21) à noite, a autoridade iraniana de alto escalão disse que Teerã estava "avaliando positivamente" sua participação, mas nenhuma decisão final havia sido tomada. Os comentários mostram uma mudança de tom em relação a declarações anteriores, que descartavam a participação e prometiam retaliação pela agressão americana. Folhapress

Netanyahu promete medidas severas contra soldado que atacou estátua de Jesus no Líbano

O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, prometeu nesta segunda-feira (20) "medidas severas" contra um soldado que foi filmado atacando, com uma marreta, uma estátua de Jesus no sul do Líbano.

As imagens, cuja autenticidade foi confirmada pelo Exército israelense, tiveram grande repercussão nas redes sociais e mostram um soldado israelense atingindo a cabeça de uma estátua de Jesus crucificado, que caiu de sua cruz.

"Fiquei chocado e triste ao saber que um soldado das FDI (Forças de Defesa de Israel) havia danificado um símbolo religioso católico no sul do Líbano", escreveu Netanyahu na rede social X.

Netanyahu afirmou que as ações do soldado vão

contra os valores judaicos de tolerância e que ele será punido.

"Condene este ato nos termos mais enérgicos. As autoridades militares abriram uma investigação criminal e adotarão medidas disciplinares severas contra o autor", acrescentou.

A estátua fica na vila cristã Debel, uma das poucas no sul do Líbano onde os moradores permaneceram durante a campanha militar israelense.

A cruz fazia parte de um pequeno santuário no jardim de uma família que vive na periferia da vila, disse à agência Reuters Fadi Falfel, padre em Debel.

"Um dos soldados israelenses quebrou a cruz e fez essa coisa horrível, essa profanação dos nossos símbolos sagrados", disse ele.

Folhapress

Irã diz que ainda não decidiu sobre participação em novo diálogo com EUA



O Ministério das Relações Exteriores do Irã afirmou nesta segunda-feira (20) que ainda não tomou uma decisão sobre sua participação na próxima rodada de negociações com os EUA a respeito da guerra no Oriente Médio.

"Nenhuma decisão foi tomada a respeito", declarou. "Neste momento, enquanto falo, não temos nenhum plano para a próxima rodada de negociações", falou o porta-voz da diplomacia, Esmail Baqai, durante uma entrevista coletiva.

Segundo ele, governo americano não tem sido sério no processo diplomático. "Embora se declarem a favor da diplomacia e se mostrem dispostos a negociar, os Estados Unidos estão adotando atitudes que

não denotam, em absoluto, seriedade."

Domingo, o Irã já havia negado publicamente ter concordado em participar de uma nova rodada pelo cessar-fogo. O anúncio das supostas conversas foi feito horas antes pelo presidente dos EUA, Donald Trump, dizendo que aconteceriam hoje no Paquistão. Governo iraniano desmentiu a notícia, dizendo de tratar de uma jogada midiática dos EUA para pressioná-lo.

Teerã afirma que indecisão sobre continuar ou não o diálogo é motivada por "exigências excessivas" dos EUA. Além disso, cita as movimentações com "expectativas irrealistas, mudanças constantes de posição e contradições repetidas e bloqueio aos portos iranianos, considerados uma

violação do cessar-fogo".

Irã cobra que os Estados Unidos liberem os portos do país. O embate resultou no novo fechamento do Estreito de Hormuz, rota responsável pelo trânsito de 20% do petróleo mundial. "Se o bloqueio continuar, o Estreito de Hormuz não vai permanecer aberto", escreveu o presidente do Parlamento iraniano, Mohammad Bagher Ghalibaf, no X.

Fortalecimento nuclear do Irã é outro ponto de divergência. Após Trump classificar o fim do enriquecimento nuclear como o ponto "mais importante" do acordo de cessar-fogo, o presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, afirmou que o desenvolvimento de um programa nuclear é um "direito" de Teerã.

Folhapress

**DATA
MERCANTIL** São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Governo recua de empréstimo e busca alternativa para segurar conta de luz em ano eleitoral



O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desistiu de articular um empréstimo de até R\$ 7 bilhões para as distribuidoras de energia e agora busca outras soluções para minimizar o aumento da conta de luz previsto para 2026, ano eleitoral.

A Aneel estima que a alta será de, em média, 8%, quase o dobro da inflação projetada para o ano, embora o efeito varie para cada região do país.

Um dos focos de atenção neste momento é a bandeira tarifária, sistema que pode impor cobranças extras aos consumidores sempre que o custo de geração de energia fica mais caro. Há a previsão

de que a bandeira vermelha, mais onerosa, seja acionada no meio do ano, período mais próximo da campanha eleitoral.

O custo da energia é uma das principais preocupações do petista num cenário em que o pré-candidato Flávio Bolsonaro (PL) cresce nas pesquisas de intenção de voto. Auxiliares do presidente temem que os reajustes alimentem a insatisfação da população e gerem impacto negativo nas urnas.

Segundo integrantes do governo, a ideia do empréstimo foi deixada de lado diante dos custos que o Tesouro teria que assumir com subsídios para tirar a linha de crédito do papel.

Com isso, a discussão

sobre mudar as regras da bandeira tarifária voltou a ganhar força. Pelo modelo atual, é possível que a bandeira vermelha seja acionada no meio do ano. Técnicos discutem alternativas para evitar esse cenário, que pode ter um impacto de R\$ 7 bilhões na conta de luz, além dos reajustes anuais.

Alguns especialistas já consideram o acionamento da bandeira vermelha em suas projeções para a inflação em 2026. Ainda assim, há dentro do governo a percepção de que o acionamento da bandeira tarifária terá impacto na aprovação do governo, o que motivou a discussão de alternativas para evitar este cenário.

Folhapress

Brasil já tem 4,5 milhões de empreendedores da Economia Prateada

O Brasil soma 4,5 milhões de empreendedores da chamada Economia Prateada, que reúne os maiores de 60 anos. O número cresceu 58,6% na última década, de acordo com o Sebrae Nacional. A entidade desenvolve programas voltadas para o chamado empreendedorismo sênior, focado em apoiar o público nesta faixa etária que deseja investir em negócios próprios.

Em 2025, o programa atendeu 869 mil pessoas e a meta para 2026 é chegar a 1 milhão. A gestora nacional do programa Empreendedorismo Sênior 60+, Gilvany Isaac, descreve esse crescimento como uma "onda forte", em razão do desejo desse público em permanecer ativo.

"Existe uma possibilidade de carreira, de continuidade. Tenho visto que as pessoas de 60 anos se identificam com um propósito. Elas querem algo que tenha

a ver com a sua experiência, mas que resolva também problemas da comunidade", aponta Gilvany.

Gilvany relata que, ao longo do programa, percebeu uma vocação deste público em trabalhar com saberes tradicionais e vocações locais. Seja no artesanato, na cultura de sementes ou de ervas medicinais. No Sul por exemplo, ela destaca a produção de artesanato a partir de redes de pesca, por mulheres de comunidades pesqueiras.

Dentre os setores que este público mais se interessa em empreender destacam-se turismo, comércio e serviços. O Sebrae oferece aos empreendedores mentorias e consultorias, tanto para orientar quem quer ser empreendedor, quanto para quem deseja abrir um negócio focado no consumidor 60+. No programa, a participação dos idosos é alta e o índice de desistência, reduzido.

Alana Gandra/ABR

Especialistas veem cenário de "retroalimentação" do endividamento no Brasil



O Brasil vive um momento recorde de endividamento. Dados da CNC (Confederação Nacional do Comércio) indicam que 80,4% das famílias possuem algum tipo de dívida, enquanto cerca de 27,5 milhões de pessoas estão com o nome negativado por inadimplência - ou seja, não conseguem honrar seus compromissos financeiros.

Levantamentos recentes mostram que, mesmo com aumento da renda e níveis historicamente baixos de desemprego, aproximadamente 30% da renda familiar é destinada ao pagamento de dívidas.

Esse cenário se agrava diante de uma taxa básica de juros de 14,75% e juros reais de 9,51% - entre os mais altos do mundo, atrás

apenas da Turquia -, o que torna a dívida mais difícil de ser paga.

Ainda assim, 2025 foi um ano recorde para as concessões de crédito, com dezembro atingindo R\$ 406,61 bilhões em empréstimos à pessoa física, sustentada pela facilidade de obter crédito no pós pandemia.

O elevado custo do crédito, somado ao alto nível de endividamento, cria um efeito cascata difícil de conter, tornando o crédito um dos principais fatores de deterioração da saúde financeira das famílias.

Em artigo recente, especialistas do FGV Ibre analisam as causas desse processo e destacam o fenômeno de "retroalimentação" da dívida como elemento central.

Segundo os economistas Flávio Ataliba Barreto,

Pedro Avelino e João Mário Santos de França, o crédito no Brasil continua em expansão, mas de forma desigual quando se trata das famílias.

Enquanto o crédito agregado cresce - impulsionado sobretudo pelo mercado de títulos e pelo financiamento do setor público -, as famílias permanecem mais expostas ao crédito bancário tradicional, com taxas significativamente mais elevadas, que chegam a cerca de 62% ao ano.

A situação se torna ainda mais crítica no caso do crédito rotativo do cartão. Nesse modelo, quando o consumidor não paga o valor total da fatura, o saldo é transferido para o mês seguinte com incidência de juros elevados, gerando um efeito de "bola de neve".

CNN

POLÍTICA

Gilmar pede que Zema seja investigado por fake news após vídeo satírico



O ministro do STF Gilmar Mendes pediu a Alexandre de Moraes que Romeu Zema seja investigado no inquérito das fake news após o ex-governador divulgar um vídeo satírico sobre ministros do STF.

Gilmar enviou a Moraes uma notícia-crime e uma representação pedindo apuração sobre a postagem feita por Zema nas redes sociais. A informação foi divulgada pelo jornal Folha de S.Paulo e confirmada pela reportagem.

Moraes encaminhou o pedido à PGR e aguarda manifestação antes de decidir se inclui Zema no inquérito. O procedimento tramita sob sigilo.

Vídeo compartilhado

por Zema mostra uma conversa entre dois bonecos que representariam Gilmar e Dias Toffoli. No roteiro, o fantoche atribuído a Toffoli pede que o outro anule quebras de sigilo aprovadas pela CPI do Crime Organizado do Senado e recebe uma cobrança em troca: "só uma cortesia lá do teu resort que tá pago. Tô a fim de dar uma jogadinha essa semana", diz o personagem.

Nas últimas semanas, Zema elevou o tom contra o Supremo em discursos e entrevistas, já como pré-candidato à Presidência. Em evento em 13 de abril, ele disse: "O STF era um lugar que nós tínhamos uma certa confiança, mas já estava cheirando mal há alguns anos. Agora, realmente, aflorou toda a po-

dridão que está lá dentro".

Zema também citou Moraes e Toffoli ao defender punições mais duras a ministros. Na semana passada, afirmou que eles "não merecem só impeachment, eles merecem prisão".

Gilmar e Zema já trocaram críticas nas redes sociais após declarações do ex-governador contra o STF. O ministro lembrou que Zema acionou a Corte para adiar parcelas da dívida de Minas Gerais com a União.

Zema respondeu dizendo que a decisão do STF não poderia ser tratada como moeda de troca política. "Ele deu uma decisão favorável a Minas Gerais, e agora descobri que foi um favor para eu ser submisso a ele pelo resto da vida", afirmou.

Folhapress

Lula acredita que proposta sobre escala 6x1 será aprovada até o fim de maio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) acredita que a proposta sobre a escala 6x1 será aprovada até o fim de maio.

A expectativa é de que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) seja aprovada nesta semana pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados.

Na sequência, o presidente da Casa Legislativa, Hugo Motta (Republicanos-PB), já deve anunciar a criação de comissão especial e designar um relator que seja favorável à proposta.

A intenção inicial de Lula era que a iniciativa fosse aprovada até o Dia do

Trabalhador, em 1º de maio. A demora na tramitação da proposta, porém, adiou os planos do petista.

No Congresso Nacional, tem ganhado força a defesa de adoção de uma regra de transição para que a iniciativa privada se adeque à mudança.

A base governista, contudo, foi orientada a atuar por um efeito imediato da escala 5x2. Isso porque a iniciativa se tornou uma aposta do presidente para a disputa à reeleição.

A avaliação é de que uma regra de transição pode diluir o apoio à proposta junto ao eleitorado e, assim, ter pouco impacto na aprovação do petista.

CNN



Dino propõe reforma do Judiciário e abre novo embate com Fachin por agenda ética



Em meio à crise de imagem do STF e às disputas internas entre integrantes da corte, o ministro Flávio Dino propôs, nesta segunda-feira (20), uma nova reforma do Poder Judiciário.

A iniciativa, exposta pelo ministro em artigo publicado no portal ICL Notícias, abre uma nova frente de embate com o grupo do presidente da corte, Edson Fachin, em torno de uma agenda ética e moral para a magistratura.

"O Brasil precisa de mais Justiça, não menos, como parecem pretender certos discursos superficiais sobre uma suposta 'autocontenção', vista como uma 'pedra

filosofal'", critica Dino no artigo.

A autocontenção do Judiciário é uma das bandeiras mais defendidas por Fachin na sua gestão ele usou a expressão, por exemplo, em discurso em março.

O presidente do STF, no entanto, tem dito a interlocutores que não vê clima de tensão na corte, mas discordâncias naturais sobre assuntos institucionais. Procurado pela Folha, Fachin afirmou, por meio da secretaria de comunicação do tribunal, que a iniciativa de Dino "merece aplauso e apoio".

Dino propõe a criação de tipos penais mais rigorosos para crimes cometidos por juízes e procuradores

e cita a necessidade de regular "direitos, deveres, remuneração, impedimentos, ética e disciplina das carreiras jurídicas".

As duas sugestões se somam a outras 13 que, segundo ele, "demonstram a necessidade de uma verdadeira reforma do Judiciário, que resolva problemas concretos atualmente vivenciados por empresas e cidadãos, além do próprio Poder Público".

Dino propõe a criação de tipos penais mais rigorosos para crimes cometidos por juízes e procuradores e cita a necessidade de regular "direitos, deveres, remuneração, impedimentos, ética e disciplina das carreiras jurídicas".

Folhapress

FUSÕES & AQUISIÇÕES

Novonor passa controle da Braskem para IG4 e acordo de acionistas será fechado com Petrobras



A Novonor, antiga Braskem informou nesta segunda-feira, 20, que recebeu na última sexta-feira comunicado da Novonor informando sobre a assinatura do contrato de transferência do controle da companhia para a gestora de investimentos IG4. A mudança no controle deve ser efetivada nos próximos 30 dias, período durante o qual será fechado um acordo com a Petrobras, acionista relevante da petroquímica.

Já foram obtidas aprovações das autoridades antitruste do Brasil, do México, da União Europeia e dos Estados Unidos para o negócio. Resta ainda o aceite do Foreign Subsidiaries Regulation (FSR), da Comissão Europeia. No mesmo período dos 30 dias para as aprovações finais, a IG4 e

a Petrobras celebrarão um novo acordo de acionistas, que estabelecerá a governança futura da Braskem. Como parte desse processo, será eleito um novo conselho de administração e nomeada uma nova diretoria executiva para a companhia.

A Braskem informou que a transação de transferência das ações prevê governança equilibrada entre os novos controladores e a Petrobras, o que implica consenso nas deliberações do conselho de administração e dos acionistas. A Braskem afirmou também que IG4 e Petrobras deverão conduzir a reestruturação financeira e operacional da companhia.

Segundo o comunicado da petroquímica, para que a transferência seja efetivada, a Petrobras terá de abrir mão dos direitos de preferência (direito de

comprar primeiro as ações que outro acionista deseja vender, antes que elas sejam oferecidas a terceiros) e de tag along (direito de vender ações nas mesmas condições dadas ao controlador caso haja mudança de controle). Ao mesmo tempo, a IG4 se compromete a pedir registro de oferta pública para a aquisição de até a totalidade das ações ordinárias e preferenciais em circulação da Braskem ("OPA").

De acordo com o comunicado da Braskem, o acordo de transferência foi firmado pelo FIDC Shine, detentor de créditos garantidos por ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) da Braskem, de titularidade da NSP Investimentos S.A. ("NSP Inv"), veículo de investimentos do Grupo Novonor.

IstoÉDinheiro

Whirlpool, dona da Brastemp e Consul, fecha fábrica na Argentina e muda produção para SP

A fabricante de eletrodomésticos Whirlpool, dona das marcas Brastemp e Consul no Brasil, comunicou ao mercado nesta segunda-feira, 20, que a produção da unidade localizada em Pilar, na Argentina, está sendo transferida oficialmente para o parque industrial da companhia localizado em Rio Claro (SP).

O encerramento das atividades na unidade de Pilar, administrada pela Whirlpool Argentina, foi comunicado em 26 de novembro de 2025. Agora, o Conselho da companhia aprovou a transferência de produção para a fábrica no Brasil. Segundo o comunicado, a decisão faz parte de seu "processo contínuo de revisão e aprimoramento da estrutura produtiva da Companhia e de suas controladas, em linha com suas diretrizes estratégicas de eficiência operacional, otimização da capacidade instalada

e alocação de recursos".

A Whirlpool Brasil também informou que adquiriu ativos industriais e bens operacionais da Whirlpool Argentina "como parte das providências e adaptações necessárias às atividades de produção". E ainda que o processo de novo polo de produção seguirá um cronograma de transição para total adaptação ao processo tanto operacional quanto logístico.

O valor pago pela companhia pela aquisição dos ativos e bens foi estimado em US\$ 36,7 milhões, equivalente a cerca de R\$ 194 milhões na ocasião da operação, feita em janeiro deste ano e aprovada pelo Conselho no final de dezembro de 2025.

A companhia destaca que o mercado argentino continuará sendo atendido por produtos fabricado em diferentes unidades do grupo e distribuído pela operação argentina. IstoÉDinheiro

Brady compra divisão de soluções e serviços de produtividade da Honeywell por US\$ 1,4 bi



A fabricante de soluções Brady Corporation firmou um acordo com a Honeywell para adquirir o negócio de soluções e serviços de produtividade (PSS, na sigla em inglês) em uma transação totalmente em dinheiro por US\$ 1,4 bilhão. A transação foi aprovada por unanimidade pelos conselhos administrativos de ambas as empresas e a expectativa é de que seja concluída no segundo semestre de 2026, sujeita às aprovações regulatórias e às condições de fechamento habituais.

Em comunicado divul-

gado nesta segunda-feira, a Brady disse que o Goldman Sachs está atuando como consultor financeiro, enquanto a Foley & Lardner atua como consultor jurídico e a Collected Strategies como consultora de comunicação estratégica da empresa.

"Nossos portfólios altamente complementares expandirão imediatamente nosso alcance para incluir os clientes empresariais da PSS, enquanto fornecem a todos os nossos clientes uma oferta de soluções abrangente", disse o presidente e CEO da Brady, Russell R. Shaller. IstoÉDinheiro

PUBLICIDADE LEGAL

... continuação

Taxpar Administração e Holding Ltda.

avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo

da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório

de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de abril de 2026.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S.
CRC-SP 027.623/F

Alexandre Fermino Alvares
Contador
CRC-SP 211.793/O

Compuway Comercial e Serviços S.A.

CNPJ nº 54.969.134/0001-44 - NIRE 35.300.470.796

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de Março de 2026

Data, Horário e Local: Aos 31/03/2026, às 15 hs, na sede social. **Mesa:** Ana Helena Teixeira Berenhauer, Presidente; e Carlos José Teixeira Berenhauer, Secretário. **Convocação e Presença:** Dispensada, em virtude da presença da acionista representando a totalidade do capital social. **Deliberações Aprovadas:** (i) Aprovar integralmente o parecer dos Auditores Independentes, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como o relatório da administração relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025, os quais foram publicados no Diário Oficial e Data Mercantil no dia 31/12/2025. (ii) Ratificar o aumento do capital social da Companhia realizado em 31/12/2025, no montante de R\$ 8.000.000,00, com a emissão de 8.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela acionista mediante a capitalização do referido montante contabilizado à conta de Reservas de Lucros, conforme apurado no Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras levantadas em 31/12/2025, na forma do Boletim de Subscrição anexo a esta ata como Anexo II. Dessa forma, o capital social da Companhia passa de R\$ 7.000.000,00, dividido em 7.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 15.000.000,00, dividido em 15.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em razão do aumento do capital social ora aprovado, a Cláusula 5ª do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula 5ª - O capital social, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 15.000.000,00, dividido em 15.000.000 de ações ordinárias, sendo todas nominativas e sem valor nominal. § Único - A Companhia poderá, mediante aprovação dos acionistas que representem unanimidade das ações com direito a voto reunidos em Assembleia Geral, emitir ações preferenciais, de uma ou mais classes. O montante de ações preferenciais, sem direito a voto, não poderá exceder a 50% do capital social." (iii) Ratificar a distribuição antecipada de lucros realizada às acionistas da Companhia ao longo do exercício de 2025, relativos aos lucros apurados pela Companhia no exercício social de 2025, no valor de R\$ 20.000,00, proporcionalmente às suas participações na Companhia. (iv) Observada a distribuição antecipada de lucros, nos termos do item (iii) supra, aprovar a destinação do saldo de lucros apurados pela Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 9.570.886,00, da seguinte forma: (a) o valor de R\$ 1.600.000,00 será destinado à conta de reserva legal; e (b) o montante de R\$ 7.970.886,00 será destinado à conta de reserva de lucros para reinvestimento na Companhia. (v) Em razão das deliberações acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que integra o presente instrumento na forma de Anexo III. (vi) Autorizar a Diretoria a tomar todas as providências necessárias para a implementação das deliberações acima. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 31/03/2026. **Estatuto Social da Compuway Comercial e Serviços S.A.** - CNPJ nº 54.969.134/0001-44 - NIRE 35.300.470.796 - **Capítulo I - Da Denominação, Sede Objeto e Duração da Sociedade - Cláusula 1ª** - A sociedade denomina-se **Compuway Comercial e Serviços S.A.** ("Companhia"), e reger-se-á pelas disposições aplicáveis às Sociedades Anônimas e pelo presente Estatuto Social. § Único - A Compuway Comercial e Serviços S.A., somente poderá ser usada em negócios da sociedade, ficando expressamente proibido o seu uso em negócios alheios ao fim social, em endossos, avais e fianças de favor, com também em documentos exclusivamente em benefícios de terceiros, sob pena de nulidade de tais atos em relação à sociedade. **Cláusula 2ª** - A Companhia tem sede e foro no Estado de São Paulo/SP, na Rua Comendador Eduardo Saccab, 215, Sala 213, Brooklin Paulista/SP. **Cláusula 3ª** - A Companhia tem por objeto social: a) Comércio e Prestação de serviços de instalação, assistência técnica e manutenção de aparelhos, equipamentos e instrumentos de medida, teste e controle; b) Desenvolvimento e licenciamento de programas e sistemas customizáveis e não customizáveis; c) Locação, importação exportação e montagem de equipamentos; d) Serviços de engenharia, inclusive projetos, consultoria e gerenciamento; e) Serviços de operação e manutenção de sistemas de saneamento; f) Execução e administração de obras. **Cláusula 4ª** - O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e Das Ações - Cláusula 5ª** - O capital social, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 15.000.000,00, dividido em 15.000.000 de ações ordinárias, sendo todas nominativas e sem valor nominal. § Único - A Companhia poderá, mediante aprovação dos acionistas que representem unanimidade das ações com direito a voto reunidos em Assembleia Geral, emitir ações preferenciais, de uma ou mais classes. O montante de ações preferenciais, sem direito a voto, não poderá exceder a 50% do capital social. **Cláusula 6ª** - Cada ação ordinária corresponde a um voto nas assembleias gerais. **Capítulo III - Da Assembleia Geral - Cláusula 7ª** - A Assembleia Geral, convocada na forma da lei, tem competência para decidir sobre todos os assuntos de interesse da Companhia, à exceção daqueles que, por disposição legal ou força do presente Estatuto Social, forem reservados a competência dos órgãos de administração. **Cláusula 8ª** - Os acionistas reunir-se-ão em Assembleia Geral ordinariamente, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **Cláusula 9ª** - As Assembleias Gerais deverão ser convocadas com, no mínimo, 10 dias de antecedência, em primeira convocação, e 8 dias de antecedência, em segunda convocação, observado o § 4º do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações. **Cláusula 10ª** - A Assembleia Geral será considerada instalada com a presença dos acionistas titulares dos votos exigidos para a sua deliberação válida em conformidade com a lei, devendo ser presididas e secretariadas por qualquer dos acionistas da Companhia presentes, nos termos do artigo 128 da Lei das Sociedades por Ações. **Cláusula 11ª** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses de quóruns especiais prevista em lei e no presente Estatuto Social, serão tomadas por maioria simples dos acionistas presentes. **Cláusula 12ª** - A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á anualmente, dentro dos quatro primeiros meses do ano, e a ela comparecerá: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; e (c) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, se instalado. **Cláusula 13ª** - As Assembleias Gerais e as deliberações aprovadas em tais assembleias serão registradas no livro de registro de atas das assembleias gerais e tais atas, quando exigido por lei, serão arquivadas na junta comercial competente. As certidões ou cópias autenticadas das atas das Assembleias Gerais deverão ser assinadas obrigatoriamente pelo Presidente e pelo Secretário. **Capítulo IV - Da Administração - Cláusula 14ª** - A Companhia será administrada pela Diretoria, de acordo com as disposições legais aplicáveis e com este Estatuto Social. **Cláusula 15ª** - A Diretoria será composta por 2 membros, todos com mandato de três anos, permitida a reeleição, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **Cláusula 16ª** - Compete a Diretoria a administração dos negócios sociais em geral, e a prática, para tanto, de todos os atos necessários, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à Assembleia Geral. **Cláusula 17ª** - A Companhia será representada e se obrigará pela assinatura de quaisquer dos membros da Diretoria, os quais poderão assinar isoladamente ou em conjunto todos os documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da Companhia, tais como escrituras, títulos de dívidas, cambiais, cheques, ordens de pagamento, todo e qualquer documento que importe em representação da Companhia em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, sejam federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, documentos de licitações públicas, assumindo compromissos, firmando acordos, impugnando e oferecendo recursos a impugnação sofrida incluindo a compra, venda, troca ou alienação por qualquer outra forma, de bens móveis da Companhia determinando os respectivos termos, preços e condições e o uso da denominação. **Cláusula 18ª** - As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre firmadas por dois Diretores, e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais e administrativos, conter um período de validade limitado. **Cláusula 19ª** - Todo e qualquer ato praticado pelos membros da Diretoria, por procuradores ou por empregados da Companhia que forem estranhos ao objeto social e/ou aos negócios da Companhia, incluindo, mas não se limitando a cauções, garantias, endossos e outras garantias em favor de terceiros, serão expressamente proibidos e serão nulos e inoperantes. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Cláusula Vigésima** - Se e quando instalado, o Conselho Fiscal da Companhia será composto de ao menos 3 membros efetivos, todos com mandato de 1 ano (permitida a reeleição), eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia nas condições previstas em lei. § Único - O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado em Assembleia Geral mediante convocação dos acionistas. **Capítulo VI - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros - Cláusula 21ª** - O exercício social se encerra em 31 de dezembro de cada ano. **Cláusula 22ª** - A Diretoria poderá determinar o levantamento de demonstrações financeiras intermediárias sempre que julgar conveniente. Os resultados apurados nestes balanços poderão ser destinados para distribuições ou antecipações dos dividendos obrigatórios intermédios ou para outras aplicações a critério da Assembleia Geral dos Acionistas. **Cláusula 23ª** - Os lucros líquidos apurados em cada balanço serão destinados: (a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (b) até 25% depois de deduzida a reserva legal, poderá ser destinada para uma reserva estatutária a nível de reserva para expansão, conforme interesse dos acionistas. (c) o saldo, se houver, terá a destinação que a Assembleia estabelecer, independentemente da participação societária. § 1º - Caso o saldo da reserva estatutária de alocação de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso. **Cláusula 24ª** - A Diretoria poderá pagar ou creditar juros sobre capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei Federal nº 9.249/95 e legislação pertinente, cujos valores totais poderão ser considerados como parte do dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII - Do Direito de Preferência - Cláusula 25ª** - O acionista que desejar ceder ou transferir suas ações, no todo ou em parte, deverá notificar os demais acionistas de sua intenção, informando preço e condições, para que estes exerçam, no prazo de 60, o direito de preferência. **Cláusula 26ª** - Não havendo interesse dos acionistas remanescentes na aquisição das ações ofertadas, o acionista ofertante poderá mediar terceiro para aquisição das mesmas. Os acionistas remanescentes terão o direito de vetar, desde que justificadamente, a transferência das ações ofertadas ao terceiro. **Cláusula 27ª** - Não havendo aprovação do potencial novo acionista, procederá a apuração de haveres mediante levantamento de balanço patrimonial e de resultado econômico na data do evento, sendo pago tais haveres ao acionista ofertante no prazo de 36 meses, com parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pelo IGP. **Capítulo VIII - Do Falecimento, Falência Ou Incapacidade do Acionista - Cláusula 28ª** - A Companhia não se dissolverá na hipótese de falecimento, interdição de quaisquer dos acionistas, apurando-se na data do evento os haveres do acionista falecido ou interdito para pagamento do que for de seu direito. § 1º - Apurados os haveres do acionista falecido ou interdito serão pagos em 3 parcelas iguais e mensais, vencendo-se a primeira parcela no prazo de noventa dias depois de apresentada à Companhia autorização judicial que permita formalizar-se inteiramente a operação, inclusive perante o Registro do Comércio. § 2º - Ficam, entretanto facultadas, mediante aprovação por unanimidade dos acionistas, herdeiros ou sucessores, outras condições de pagamento, desde que não afetem a situação econômico-financeira da Companhia. § 3º - Mediante acordo com os sócios remanescentes, os herdeiros do acionista falecido ou sucessores poderão ingressar na sociedade, caso não haja impedimento legal quanto a sua capacidade jurídica. **Capítulo IX - Do Foro - Cláusula 29ª** - Fica eleito o foro da cidade e comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiado que sejam para dirimir as dúvidas e questões que se fundarem no presente Estatuto Social. **Cláusula 30ª** - Os casos omissos ou duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, a eles aplicando-se as disposições legais vigentes." O presente instrumento foi assinado em uma via eletronicamente. Jucesp nº 164.411/26-4 em 16/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Estática Engenharia Ltda.

CNPJ/MF N. 43.715.929/0001-00

Edital de Convocação Reunião de Sócio

Ficam convocados os sócios da **Estática Engenharia Ltda.** para se reunirem em Reunião de Sócio, a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, em sua sede social, na Rua Dr. Cândido Espinheira, n. 143, Perdizes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05004-000, iniciando-se os trabalhos às 11:00 horas, em primeira convocação, ou, na ausência de quórum necessário, às 11h:30, em segunda convocação, instalando-se com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) registro e análise das consequências do falecimento do sócio Luiz Antonio Torres; (ii) resolução parcial da Sociedade em relação ao sócio falecido; (iii) recusa de ingresso dos herdeiros na Sociedade, bem como definição do responsável pela interlocação com o inventariante e herdeiros; (iv) definição dos critérios e termos para levantamento do balanço especial para fins de apuração de haveres; (v) alteração do Contrato Social; e (vi) aprovação das contas da administração da Sociedade. São Paulo/SP, 22 de abril de 2026. **José Marinho Pereira dos Santos** - Administrador. (22, 23 e 24/04/2026)

Ibasa Engenharia Ltda.

CNPJ/MF N. 59.209.809/0001-70

Edital de Convocação reunião de Sócio

Ficam convocados os sócios da **Ibasa Engenharia Ltda.** para se reunirem em Reunião de Sócio, a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, em sua sede social, na Rua Dr. Cândido Espinheira, n. 143, térreo, salas 1 e 2, Perdizes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05004-000, iniciando-se os trabalhos às 11:00 horas, em primeira convocação, ou, na ausência de quórum necessário, às 11h:30, em segunda convocação, instalando-se com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) registro e análises das consequências do falecimento do sócio Luiz Antonio Torres; (ii) resolução parcial da Sociedade em relação ao sócio falecido; (iii) recusa de ingresso dos herdeiros na Sociedade, bem como definição do responsável pela interlocação com o inventariante e herdeiros; (iv) definição dos critérios e termos para levantamento do balanço especial para fins de apuração de haveres; (v) alteração do Contrato Social; e (vi) aprovação das contas da administração da Sociedade. São Paulo/SP, 22 de abril de 2026. **José Marinho Pereira dos Santos** - Administrador. (22, 23 e 24/04/2026)

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 - NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

São convocados os acionistas da **Companhia Brasileira de Cartuchos**, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 8:00 horas do dia 30 de abril de 2026, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Boccaina, Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, CEP 09426-900, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025. (b) Proposta da Diretoria sobre a destinação do resultado líquido do exercício e distribuição de dividendos. Achem-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Ribeirão Pires, 22 de abril de 2026. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** - Diretor Presidente; **Sandro Morais Nogueira** - Diretor Administrativo e Financeiro. (22, 23 e 24/04/2026)

Serra Azul Water Park S.A.

CNPJ/MF nº 00.545.378/0001-70

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **Serra Azul Water Park S.A.**, sociedade por ações com sede no Município de Itupeva, Estado de São Paulo, na Avenida Serra Azul nº 1.000, Bairro Rio Abaixo, CEP 13299-602, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 00.545.378/0001-70 ("Companhia"), com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.30014168-7, em sessão de 6 de abril de 1995, e demais alterações, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 14:00 horas, em primeira convocação e, não havendo a presença de acionistas titulares de 1/4 (um quarto) das ações da Companhia com direito a voto, às 14:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, de modo exclusivamente digital (por meio da plataforma eletrônica Zoom, cujas informações de acesso serão franqueadas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, via e-mail ou WhatsApp previamente fornecido pelo acionista à administração da Companhia, com a seguinte Ordem do Dia: a) **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomar as contas da administração e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e b) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Os acionistas da Companhia que desejarem se fazer representados por procurador nas Assembleias deverão enviar as respectivas procurações devidamente assinadas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data da realização das Assembleias. Itupeva/SP, 22 de abril de 2026. **Alain Baldacci** - Diretor Presidente da Serra Azul Water Park S.A. (22, 23 e 24/04/2026)

Coroa (Suécia) - 0,5463

Dólar (EUA) - 4,9844

Franco (Suíça) - 6,4059

Iene (Japão) - 0,03141

Libra (Inglaterra) - 6,7489

Peso (Argentina) - 0,003633

Peso (Chile) - 0,005657

Peso (México) - 0,2879

Peso (Uruguai) - 0,1258

Yuan (China) - 0,7312

Rublo (Rússia) - 0,06651

Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,8741

DATA MERCANTIL

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

FAÇA AQUI A SUA SOLICITAÇÃO

FAÇA AQUI A SUA SOLICITAÇÃO

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

CNPJ/MF nº 30.262.440/0001-88

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo as respectivas notas explicativas, estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/ e também no site da Companhia em <https://mercadolivrearenapacaembu.com.br/relacao-investidores>.

Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais)				
Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.161.075	294.225	5.883.656	822.444
Contas a receber clientes	38.648.655	349.192	39.295.731	755.144
Tributos a recuperar	4.853.442	4.554.939	5.075.685	5.190.187
Adiantamentos	5.290.654	18.409.765	9.955.461	23.163.038
Dividendos a receber	—	194.671	—	—
Outras contas a receber	165.118	165.118	165.118	165.118
Despesas antecipadas	140.652	3.049.843	140.652	3.049.843
	54.259.596	27.017.753	60.516.303	33.145.774
Não circulante				
Partes relacionadas	36.749.654	14.539.942	—	—
Imposto diferido	102.828.018	67.047.558	118.635.862	82.077.832
Bloqueios e depósitos judiciais	130.032	130.032	130.032	130.032
Despesas antecipadas	1.522.287	—	1.622.423	—
Investimento	6.960	9.043	—	—
Imobilizado	393.757	454.195	2.367.793	1.058.244
Intangível	1.115.105.442	948.742.366	1.115.105.442	948.742.366
Direito de Uso	137.531.247	157.954.003	141.711.194	166.880.229
	1.394.267.397	1.188.877.139	1.379.572.747	1.198.888.703
	1.448.526.993	1.215.894.892	1.440.089.050	1.232.034.477
Total do ativo				
	1.448.526.993	1.215.894.892	1.440.089.050	1.232.034.477
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	35.069.347	34.141.890	35.334.237	34.173.548
Empréstimos, financiamentos e debêntures	452.142.610	430.206.149	469.437.218	464.463.394
Arrendamento	16.821.645	11.841.198	20.803.987	15.475.958
Obrigações trabalhistas e tributárias	37.591.469	17.921.945	37.985.362	17.926.454
Provisões trabalhistas e encargos sociais	116.304	99.657	116.304	99.657
Adiantamentos de clientes	271.306.490	272.964.369	271.920.097	273.019.832
Concessões e serviços públicos a pagar	6.965.096	4.974.189	6.965.096	4.974.189
Outras contas a pagar	1.875.267	7.904.848	2.751.614	8.386.107
	821.888.229	780.054.245	845.313.916	818.519.140
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	—	—	2.278.848	—
Arrendamento	137.016.449	140.515.490	139.399.240	146.845.046
Concessões e serviços públicos a pagar	29.890.929	34.203.713	29.890.929	34.203.713
Imposto diferido	22.915.965	—	22.915.965	—
Obrigações trabalhistas e tributárias	935.411	—	972.722	—
Partes relacionadas	597.207.252	367.600.873	598.459.911	367.600.873
Provisão para perda de investimento	36.622.487	27.613.707	—	—
Provisão para contingências	1.551.119	1.709.113	1.551.119	1.709.113
	826.139.610	571.642.896	795.468.734	550.358.744
Patrimônio líquido				
Capital social	22.000.000	22.000.000	22.000.000	22.000.000
Prejuízos acumulados	(221.500.846)	(157.802.249)	(221.500.846)	(157.802.249)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	(199.500.846)	(135.802.249)	(199.500.846)	(135.802.249)
Participação dos acionistas não controladores	—	—	(1.192.753)	(1.041.158)
	(199.500.846)	(135.802.249)	(200.693.599)	(136.843.407)
	1.448.526.993	1.215.894.892	1.440.089.050	1.232.034.477

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A., Mercado Livre Arena Pacaembu, (Companhia) é uma Companhia constituída em 20 de abril de 2018, domiciliada no Brasil com sede localizada na Rua Capivari, 195, Pacaembu, na cidade de São Paulo-SP. A Companhia tem por objetivo a exploração da atividade de Gestão de instalações esportivas, gestão e administração da propriedade imobiliária, construção de edifícios, atividades relacionadas a museus, exploração de lugares, prédios históricos e atrações similares. A Companhia tem como objeto a prestação de serviços de modernização, gestão, operação e manutenção do Complexo do Pacaembu, composto pelo Estádio Municipal Paulo de Machado e Carvalho e pelo seu Centro Poliesportivo, bem como a realização de construção na área de concessão pública, conforme disposições contidas no contrato de concessão celebrado no âmbito da concorrência internacional nº 01/SEME/2018, realizada pelo município de São Paulo. O contrato de concessão teve início em setembro de 2019, com duração de 35 anos, findando-se em setembro de 2054. Para desenvolvimento das atividades incluídas no contrato de concessão, a Companhia atuará através das controladas cujas atividades estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3. A Companhia em 31 de dezembro de 2025, apresenta prejuízos acumulados de R\$ 221.500.846 (R\$ 157.802.249 em 2024), e patrimônio líquido negativo de R\$ 199.500.846 (R\$ 135.802.249 em 2024), mantendo um passivo a descoberto pelo fato da recente fase de investimentos na reforma do complexo, que entrou em operação a partir de 25 de janeiro de 2025, com eventos testes em dezembro de 2024, passando a registrar lucros contábeis anuais a partir de 2027, conforme projeções de resultado da Companhia. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante no montante de R\$ 767.628.633 na controladora (R\$ 753.036.492 em 2024) e R\$ 784.797.612 no consolidado (R\$ 785.373.365 em 2024), ocasionado principalmente pelo vencimento dos empréstimos e financiamentos no ano corrente de 2025, sendo estes amortizados através de uma nova captação realizada em fevereiro de 2026, de modo a readequar e prolongar dispêndios dessa natureza do fluxo de caixa da Concessionária em seu primeiro ano operacional pleno. Vide detalhes da operação de CRI na Nota Explicativa nº 29. Durante o exercício, foi concluído o processo de modernização e reinauguração do Mercado Livre Arena Pacaembu, datado em 25 de janeiro de 2025, com o evento da final da Copa São Paulo de Futebol Júnior, "a Copinha". O projeto contemplou a requalificação integral da infraestrutura existente, com a ampliação e diversificação das áreas destinadas a atividades esportivas, eventos, entretenimento, varejo e serviços. A reinauguração marca o início de um novo ciclo operacional do complexo, estruturado como uma plataforma multifuncional de geração de receitas recorrentes, não mais restrita à realização de eventos esportivos pontuais. Nesse contexto, a Companhia passa a explorar economicamente o ativo por meio de diferentes frentes, incluindo locação de espaços para eventos, exploração de direitos de nomeação (*namings rights*), parcerias comerciais, operações de varejo e alimentação, bem como a oferta de serviços relacionados a esporte e bem-estar. Adicionalmente, foram celebrados contratos com parceiros estratégicos, incluindo o acordo de *namings rights* com o Mercado Livre, o que reforça o posicionamento do complexo como um hub de entretenimento na cidade de São Paulo. Os investimentos realizados no período estão alinhados ao plano de negócios da Companhia e visam a maximização da geração de caixa no longo prazo, por meio da diversificação das fontes de receita e do aumento da utilização do ativo ao longo de todo o ano. A Administração entende que a reinauguração do complexo representa um marco relevante para a Companhia, com impactos positivos esperados em suas operações, resultados e posição financeira nos exercícios subsequentes.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais – 2.1. Declaração de conformidade: A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos administradores em 31 de março de 2026. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Como não há diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados líquidos da controladora e consolidado, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto. A Administração realiza avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e não identificou questões que comprometam a referida continuidade. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de premissas e estimativas. Principais premissas relativas às fontes de incerteza na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas na Nota Explicativa nº 2.1. **2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas. Todas as transações, saldos, lucros não realizados, quando aplicável, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas, sendo destacada a participação dos cotistas e/ou acionistas não controladores. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as companhias controladas. Essas demonstrações contábeis apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas: **1. PACA Eventos e Serviços S.A.** – prestação de serviços de organizações de feiras, congressos, exposições e festas, montagem e desmontagem de andaimos e outras estruturas metálicas, edição integrada a impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos, portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, promoção de vendas, consultoria em publicidade, aluguel de equipamentos recreativos e esportivos, aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas. **2. ARPA Comércio e Serviços S.A.** – prestação de serviços de organizações de feiras, congressos, exposições e festas, e comércio de objetos de artes. **3. SP 40 Comunicações S.A.** – prestação de serviços de agenciamento de publicidade, criação de feiras e exposições, promoção de vendas, marketing direto, consultoria em publicidade, entre outras atividades. **4. Loja do PACA S.A.** – faz parte de um novo conceito que o Complexo Mercado Livre Arena Pacaembu pretende proporcionar internamente a seus usuários, sob a forma de um hub de experiências esportivas interativas e estilo de vida, visando ainda ativação de marcas. A participação societária da Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. sobre suas controladas diretas está apresentada, como segue:

	Participação	2025	2024
	Direta	Direta	Direta
PACA Eventos e Serviços S.A.	100%	99%	—
ARPA Comércio e Serviços S.A.	70%	70%	—
SP 40 Comunicações S.A.	100%	—	—
Loja do PACA S.A.	100%	—	—

Controladas: Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Transações *intercompany*, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre Companhias do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma. **2.5. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações contábeis cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de

Demonstrações do Resultado Individuais e Consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	118.416.432	1.321.904	129.806.588	5.002.022
Custo dos serviços prestados	(53.281.726)	(1.210.352)	(59.710.837)	(4.504.810)
	65.134.706	111.552	70.095.752	497.212
Receitas (despesas) operacionais:				
Despesas gerais e administrativas	(36.024.799)	(25.937.393)	(45.468.198)	(38.733.381)
Resultado de Equivalência	(9.205.533)	(13.202.920)	—	—
Outras receitas (despesas) operacionais	1.170.912	1.703.342	1.740.820	2.051.843
	(44.059.420)	(37.436.972)	(43.727.378)	(36.681.538)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	836.946	250.655	890.746	371.851
Despesas financeiras	(98.475.325)	(55.696.971)	(104.751.376)	(65.112.959)
	(97.638.379)	(55.446.316)	(103.860.630)	(64.741.108)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(76.563.094)	(92.771.736)	(77.492.258)	(100.925.434)
Imposto de renda e contribuição social correntes	—	—	—	34.280.184
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.864.496	27.034.271	13.642.065	34.280.184
	(63.698.597)	(65.737.465)	(63.850.192)	(66.607.079)
Prejuízo do exercício	(63.698.597)	(65.737.465)	(63.698.597)	(65.737.465)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído controladores	—	—	(151.595)	(869.614)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos não controladores	—	—	—	—
	(63.698.597)	(65.737.465)	(63.850.192)	(66.607.079)
Prejuízo do exercício por ação	(2,90)	(2,99)	(2,90)	(2,99)

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(63.698.597)	(65.737.465)	(63.850.192)	(66.607.079)
Total do resultado abrangente do exercício	(63.698.597)	(65.737.465)	(63.850.192)	(66.607.079)
Total do resultado abrangente atribuível a				
Acionistas da Companhia	(63.698.597)	(65.737.465)	(63.698.597)	(65.737.465)
Não controladores	—	—	(151.595)	(869.614)
	(63.698.597)	(65.737.465)	(63.850.192)	(66.607.079)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais)

	Capital Social		Prejuízos acumulados		Participação de Não Controladores		Total do Patrimônio líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.000.000	(92.064.784)	(70.064.784)	(171.544)	(70.236.328)	(70.236.328)	(70.236.328)	(70.236.328)
Prejuízo do exercício	—	(65.737.465)	(65.737.465)	(869.614)	(66.607.079)	(66.607.079)	(66.607.079)	(66.607.079)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.000.000	(157.802.249)	(135.802.249)	(1.041.158)	(136.843.407)	(136.843.407)	(136.843.407)	(136.843.407)
Prejuízo do exercício	—	(63.698.597)	(63.698.597)	(151.595)	(63.850.192)	(63.850.192)	(63.850.192)	(63.850.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	22.000.000	(221.500.846)	(199.500.846)	(1.192.753)	(200.693.599)	(200.693.599)	(200.693.599)	(200.693.599)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(63.698.597)	(65.737.465)	(63.698.597)	(65.737.465)

Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes:

Depreciação e amortização	28.300.105	3.470.597	28.303.806	3.472.138
Amortização de arrendamentos	20.165.753	—	25.604.831	2.886.754
Crédito PIS e Cofins s/ insumo – arrendamento	—	—	—	160.847
Resultado de equivalência	9.205.533	13.202.920	—	—
Juros sobre mútuos	38.868.788	11.911.721	—	11.911.721
Juros incorridos e não capitalizados	826.589	—	5.785.454	—
Prêmio debenture incorporado	9.503.792	—	9.503.792	—
Juros sobre arrendamento	25.184.830	18.236.869	26.285.623	18.775.538
Provisão perda de crédito esperada (PCE)	76.903	446.007	—	461.879
Provisão de imposto diferido s/ prejuízo fiscal	(12.864.496)	(27.034.271)	(13.642.065)	(34.280.184)
Provisão de contingência trabalhista	(157			

PUBLICIDADE LEGAL

... continuação

Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.

reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Pacaembu) pelos usuários, mesmo quando o retorno tenha um risco muito baixo. As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. Conforme OCP 05 – Contratos de Concessão, itens 116 e 117, ao que trata-se da amortização dos bens integrantes da infraestrutura vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04 (novo marco regulatório), que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. O intangível e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos, para o qual existem fluxos de caixa identificáveis

separadamente. Não houve necessidade de constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, considerando que o atual período de análise das respectivas demonstrações contábeis, retrata o início de operacionalização da Concessionária. **g) Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **h) Partes relacionadas:** Os valores são registrados inicialmente a valor de custo, conforme transferências realizadas intercompany atrelados a taxas de juros estipuladas em contratos. Sobre as atualizações mensais incidem as alíquotas vigentes de IRRF e adicionalmente IOF. **i) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **j) Ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia adota o prazo de 12 meses como ciclo operacional. **k) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos

de Caixa (IAS 7). **l) Impostos diferidos:** O imposto de renda diferido quando reconhecido pelo efeito futuro estimado das diferenças temporárias dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados em conformidade com a legislação tributária e NBC TG 32/R4 (Instrução CVM 371/02 e Deliberação CVM 599/09) – tributos sobre lucro. É reconhecido um passivo de imposto de renda diferido para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto o imposto de renda diferido ativo é reconhecido apenas na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável, contra o qual a diferença temporária possa ser utilizada. Os ativos e passivos tributários diferidos são classificados como de longo prazo. O imposto de renda relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no exercício em curso ou em exercício anterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos dos valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para a determinação desses diferidos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando a Companhia possui um direito legalmente executível de compensar ativos e passivos fiscais circulantes e se ambos pertencerem a mesma autoridade fiscal. **m) Resultado por ação:** O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 – inciso VII da Lei no 6.404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro líquido ou prejuízo do exercício e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações contábeis).

Diretoria	
Eduardo Machado Barella – CEO	
Contador	
Clécio Gomes de Jesus – CRC 1SP 336.364/O-4	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.** São Paulo-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e

consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026



Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. – CRC 2SP 025.583/O-1
Maria Aparecida Regina Cozero Abdo – Contadora CRC 1SP 223.177/O-1

Taxas curtas e médias sobem com alta do petróleo e maior tensão no Oriente Médio



Os juros futuros de vencimentos curtos e intermediários exibiram alta modesta no pregão desta segunda-feira, 20, sob um jogo de forças entre o avanço das cotações do petróleo e o alívio do dólar, que passou a recuar levemente no meio da tarde. Diante da liquidez mais escassa, às vésperas do feriado de Tiradentes, as taxas reagiram à escalada do confronto entre Estados Unidos e Irã no fim de semana e, ainda, a versões conflitantes de cada um dos países sobre a continuidade das negociações de paz, a dois dias do fim do cessar-fogo em vigor. No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 aumentou de 13,882% no

ajuste anterior a 13,91%, mínima intradia. O DI para janeiro de 2029 oscilou a 13,15%, vindo de 13,141% no ajuste de sexta-feira. O DI para janeiro de 2031 anotou tímida queda a 13,24%, também em mínima intradia, vindo de 13,294% no ajuste precedente.

Após o aumento da aversão ao risco devido à volta do bloqueio iraniano ao fluxo de navegação no Estreito de Ormuz, agentes monitoraram com ceticismo declarações do presidente Donald Trump de que os EUA estão vencendo a guerra e de que um acordo com Teerã deve ser fechado com rapidez. Por outro lado, uma fonte do governo do Paquistão afirmou à Reuters que o país está confiante de que o Irã vai comparecer a uma

nova rodada de diálogo com negociadores americanos.

As conversas devem ocorrer em Islamabad esta semana, mas nenhuma autoridade iraniana confirmou oficialmente até agora que o país participará das tratativas. Já Trump informou em entrevista nesta segunda-feira que uma delegação americana está a caminho do Paquistão. Com dúvidas sobre os próximos desdobramentos e o impasse sobre a situação no estreito – que, de acordo com o Irã, não será liberado até que os EUA retirem o bloqueio naval sobre o país persa -, os contratos futuros de petróleo subiram quase 6% hoje, pressionando as curvas de juros globais e o mercado de renda fixa brasileiro.

IstoÉDinheiro

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.



datamercantil.com.br

FALE CONOSCO POR E-MAIL
 comercial@datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A.

CNPJ/MF nº 31.345.107/0001-03

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanco Patrimonial – Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	11.364	23.723	Contas a pagar	6.837	4.331
Aplicações financeiras	44.976	39.378	Contas a pagar a partes relacionadas	-	3.239
Contas a receber de clientes	7.796	7.105	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9.814	9.255
Impostos a recuperar	764	1.044	Impostos a recolher	1.380	1.228
Despesas antecipadas	2.896	3.047	Dividendos a pagar	27	-
Outros ativos	157	156	Outros passivos	161	78
Total do ativo circulante	67.953	74.453	Total do passivo circulante	18.219	18.131
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Contas a receber de partes relacionadas	10.083	52	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	2.686	991
Ativos fiscais diferidos	5.807	5.296	Provisão para contingências	20	14
Despesas antecipadas	73	73	Outros passivos	30	-
Outros ativos	5	27	Total do passivo não circulante	2.736	1.005
Imobilizado	473	212	Patrimônio líquido		
Intangível	24.025	20.546	Capital social	75.728	75.728
Total do ativo não circulante	40.466	26.206	Reserva de capital	7.231	5.128
			Reserva legal	1.837	1.696
			Reserva de investimentos	2.668	-
			Lucros (prejuízos) acumulados	-	(1.029)
Total do ativo	108.419	100.659	Total do patrimônio líquido	87.464	81.523
			Total do passivo e patrimônio líquido	108.419	100.659

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de investimentos	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	75.728	3.316	-	1.696	-	80.740
Pagamento baseado em ações	-	1.812	-	-	-	1.812
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.029)	(1.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	75.728	5.128	-	1.696	(1.029)	81.523
Pagamento baseado em ações	-	2.103	-	-	-	2.103
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.865	3.865
Destinações do lucro líquido do exercício:						
Constituição de reserva legal	-	-	-	141	(141)	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(27)	(27)
Constituição de reserva de investimento	-	-	2.668	-	(2.668)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	75.728	7.231	2.668	1.837	-	87.464

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

	2025	2024		2025	2024
Receita líquida de atividades de transação e outros serviços	107.629	93.715	Lucro (prejuízo) do exercício	3.865	(1.029)
Custo dos serviços	(85.105)	(71.885)	Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro bruto	22.524	21.830	Total do resultado abrangente do exercício	3.865	(1.029)
Despesas administrativas	(19.314)	(19.544)			
Despesas de vendas	(198)	(859)	Outras receitas operacionais	-	(1.359)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(4.097)	(2.454)	Variáveis nos ativos e passivos	(7.257)	16.499
Prejuízo operacional	(1.085)	(1.027)	Contas a receber	2.827	12.978
Receitas financeiras	5.871	1.541	Tributos a recuperar	1.320	6.043
Despesas financeiras	(80)	(1.489)	Outros créditos	100	2.128
Resultado financeiro líquido	5.791	52	Contas a receber de partes relacionadas	(10.031)	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.706	(975)	Fornecedores	2.507	2.805
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.352)	149	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	144	(1.459)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	511	(203)	Obrigações tributárias	992	(5.056)
Lucro (prejuízo) do exercício	3.865	(1.029)	Empréstimos e financiamentos	3	-
			Contas a pagar a partes relacionadas	(3.239)	-
			Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.880)	(940)
			Caixa líquido das atividades operacionais	(1.469)	19.309

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

	2025	2024		2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício	3.865	(1.029)	Caixa líquido das atividades de investimento	(10.748)	(50.615)
Ajustes ao lucro líquido	1.923	3.839	Pagamento de arrendamento	(142)	-
Depreciação e amortização	7.403	5.087	Dividendos pagos	-	(14.556)
Receitas financeiras líquidas	(6.060)	(378)	Caixa líquido das atividades de financiamento	(142)	(14.556)
Reversão da provisão para perdas esperadas	(3.518)	(3.646)	Redução de caixa e equivalentes de caixa	(12.359)	(45.862)
Prejuízo na alienação de bens	327	1.474	Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	23.723	69.585
Juros, variações monetárias líquidas	63	-	Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	11.364	23.723
Pagamento baseado em ações	4.213	2.445	Redução de caixa e equivalentes de caixa	(12.359)	(45.862)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(511)	204			
Provisão para contingências	6	12			

A Diretoria

Camila Del Poente – Contadora CRC - ISP 290.887/0-8

Grupo Toky S.A.

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 – NIRE 35.300.561.201

Ata de Realização do Conselho de Administração realizada em 13 de janeiro de 2026
Data, Hora e Local: No dia 13/01/2026, às 13h00, de forma exclusivamente digital, considerada como realizada na sede social da Grupo Toky S.A. ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Reunião convocada e instalada com a presença dos conselheiros abaixo assinados. **Mesa:** Presidente: Marcelo Rodrigues Marques; Secretária: Beatriz Orsolon. **Deliberações:** Os conselheiros consignaram o recebimento da carta de renúncia do Sr. Márcio Barreira Campello em antecipação a esta reunião. Desta forma, prosseguiram a discussão da eleição do novo conselheiro interino e deliberaram, por unanimidade: (i) A eleição do Sr. Felipe Fonseca Pereira, RG nº 355.209.834 SSP/RJ, CPF/MF nº 311.214.968-16, como membro independente do Conselho de Administração. A eleição do conselheiro ora nomeado será submetida à ratificação da primeira Assembleia Geral que venha a ser realizada após esta data. O Conselheiro ora eleito toma posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse lavrado na forma da lei. O Sr. Felipe Fonseca Pereira encaminhou à Companhia declaração atestando seu respectivo enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e artigo 6º, Anexo K, da Resolução CVM 80; e Tendo em vista que o Sr. Márcio Barreira Campello ocupava a cadeira destinada a conselheiro independente desde Conselho de Administração no Comitê de Auditoria da Companhia, diante da renúncia do Sr. Márcio Barreira Campello como conselheiro independente, aprovar a consequente destituição do Sr. Márcio Barreira Campello do Comitê de Auditoria da Companhia. Ato contínuo, aprovar a eleição do Sr. Felipe Fonseca Pereira, qualificado acima, para ocupar o cargo membro do Comitê de Auditoria, até o final do mandato em curso, que se encerrará em 28/03/2026. Fica consignado que o Comitê de Auditoria passa a ser composto pelo Sr. Felipe Fonseca Pereira, membro independente do Conselho de Administração, pelo Sr. Alvaro Taiar Junior e pelo Sr. José Ecio Pereira da Costa Junior, membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária e coordenador do Comitê de Auditoria. O membro do Comitê de Auditoria ora eleito tomará posse mediante apresentação do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, contendo a declaração de desimpedimento aplicáveis. Ficam os administradores autorizados a adotarem as providências necessárias para o implemento da deliberação aprovada nesta reunião. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata. **Assinaturas: Membros do Conselho de Administração presentes:** Marcelo Rodrigues Marques, Victor Pereira Noda, Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges e Leonardo Gasparin (Membro Independente). São Paulo, 13/01/2026. **Mesa:** Marcelo Rodrigues Marques – Presidente do Conselho de Administração; Beatriz Orsolon – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 84.804/26-9 em 04/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43 – NIRE 35.300.461.827

Edital de 1ª (primeira) Convocação para a Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 23ª Emissão em Série Única a ser realizada em 06 de maio de 2026
Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 23ª Emissão em Série Única BSI Capital Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 11.3 do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 06 de maio de 2026, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: a) As Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras"), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da Auditoria Independente S/S, na qualidade de auditor independente, elaboradas conforme a Resolução CVM 60, especialmente artigo 50, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e demais normas contábeis, legais e regulatórias aplicáveis. b) Alteração das Cláusulas 2.3 e 2.4 da Cédula de Crédito Bancário nº 10013864-0, de modo a estabelecer que a comprovação da Destinação de Recursos pela Devedora nas SPEs Conviva passe a ser realizada por meio da apresentação trimestral dos contratos de mútuo financeiro a serem celebrados entre a Devedora na qualidade de mutuante e as SPEs Conviva na qualidade de mutuário, em substituição à obrigatoriedade de apresentação dos comprovantes de registro dos atos societários, deixando, portanto, de ser exigido o registro formal desses atos para fins de comprovação. Sendo que certo que, permanece inalterado a comprovação por meio do envio do extrato bancário em valores a serem definidos conforme Relatório de Medição, nos termos da Cláusula 2.3 da CCB. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer uma das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico: juridico@bsicapital.com.br, agentefiduciario@vortex.com.br e vgi@vortex.com.br identificando no título do e-mail a operação (CRI 23ª Emissão da Série Única), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) Participante pessoa física: Cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e b) Demais participantes: Cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhada de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (como ata de eleição da diretoria) e cópia do documento de identidade do representante legal. Caso este seja representado por procurador, deverá ser enviada também a procuração com firma reconhecida ou assinada eletronicamente com certificado digital, contendo poderes específicos para representação na Assembleia, emitida há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 17 de abril de 2026. BSI Capital Securitizadora S.A.

(17, 18 e 21/04/2026)

Pedreira Cachoeira S.A.

CNPJ/MF nº 62.310.644/0001-33

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE")
Ficam convocados os senhores acionistas desta Companhia a se reunirem em AGOE, que se realizará no dia 28 de abril de 2026, às 11:30h, na sede social, Rua Cel. Sezefredo Fagundes, 7.901 – Tucuruvi, na cidade de São Paulo, Capital, CEP 02306-000, para deliberarem, sobre a seguinte ordem do dia: (i) exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e contábeis, suas notas explicativas e relatório da administração, relativos ao exercício social findo em 31/12/2025; (ii) destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2025; (iii) correção monetária do capital social; (iv) eleição da diretoria para o período 2026-2028; (v) aprovação da verba anual e global destinada à remuneração da diretoria; (vi) autorização para que as publicações determinadas pela Lei nº 6.404/76 sejam realizadas no portal <https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes>; e (vii) outros assuntos de interesse social. SP, 15/04/2026. A diretoria. (17, 18 e 21/04/2026)

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 09h, do dia 30 de abril de 2026, na sede social, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Jorge Faleiros, 250, Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://teams.microsoft.com/join/232577079274960?m=RGMFra43TV7AyFY3P>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b. Destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; c. Remuneração dos administradores da Companhia; e d. Aumento de capital da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76. São Paulo, 20 de abril de 2026. Leonardo Rosendo Fiuzu – Diretor. (20, 21 e 23/04/2026)

Cas Tecnologia S.A.

CNPJ nº 00.958.378/0001-00

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os srs. acionistas para uma assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 30 de Abril de 2026, às 10:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2025 e destinação de seus resultados; b) Ratificação dos dividendos do exercício de 2025 antecipadamente destinados/distribuídos com base na Lei 15.270/25. São Paulo, 21 de abril de 2026. Assinaturas: Welson Regis Jacometti, Diretor Presidente. (18, 22 e 23.04.2026)

Apesar da cautela global, Ibovespa inicia semana em leve alta, com Petrobras

Após as três perdas que sucederam a máxima história da última terça-feira, 14, então aos 198,6 mil pontos no fechamento, o Ibovespa sustentou os 196 mil pontos nesta abertura de semana, amparado pelas ações de Petrobras (ON +1,83%, PN +1,73%), que têm sido o fiel da balança nos dias de correção do petróleo, como hoje. Dessa forma, acompanharam, ainda que à distância, a alta da commodity em Londres e Nova York, acima de 5% no encerramento da sessão desta segunda-feira.

Depois dos recentes sinais de distensão, a recuperação da commodity e dos papéis correlacionados derivaram da retomada da animosidade entre Estados Unidos e Irã. No fim de

semana, a apreensão de cargueiro do Irã no Golfo de Omã pelos EUA indicou que a estabilização geopolítica está longe de ser alcançada, apesar da expectativa para novas negociações entre as partes, agora perto do fim do prazo do cessar-fogo.

“Há dias o mercado vem oscilando em torno do cessar-fogo, em especial com relação à reabertura ou não do Estreito de Ormuz, um fator com efeito direto sobre a oferta de petróleo, as expectativas de inflação e o potencial para corte de juros. O petróleo tem ditado o rumo”, aponta Bruna Centeno, economista e advisor da Blue3 Investimentos, referindo-se também ao peso de Petrobras na composição do Ibovespa.

IstoÉDinheiro

PUBLICIDADE LEGAL

DÓLAR
 compra/venda
 Câmbio livre BC - R\$ 4,9838 / R\$ 4,9844 **
 Câmbio livre mercado - R\$ 4,9716 / R\$ 4,9736 *
 Turismo - R\$ 4,9883 / R\$ 5,1683

(*) cotação média do mercado
 (**) cotação do Banco Central
 Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,19%

BOLSAS
 B3 (Ibovespa)
 Variação: 0,20%
 Pontos: 196.132
 Volume financeiro: R\$ 22.767 bilhões
 Maiores altas: Sabesp ON (4,36%), Brava Energia ON (4,35%), Vamos ON (%)
 Maiores baixas: C&A ON (-2,19%), Lojas Renner ON (-1,81%), TOTVS ON (-%)

S&P 500 (Nova York): -0,24%
 Dow Jones (Nova York): -0,01%
 Nasdaq (Nova York): -0,26%
 CAC 40 (Paris): -1,12%
 Dax 30 (Frankfurt): -1,15%
 Financial 100 (Londres): -0,55%
 Nikkei 225 (Tóquio): 0,6%
 Hang Seng (Hong Kong): 0,77%
 Shanghai Composite (Xangai): 0,76%
 CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,61%
 Merval (Buenos Aires): 1,47%
 IPC (México): 0,37%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
 IPCA/IBGE
 Fevereiro 2025: 1,31%
 Março 2025: 0,56%
 Abril 2025: 0,43%
 Maio 2025: 0,26%
 Junho 2025: 0,24%
 Julho 2025: 0,26%
 Agosto 2025: -0,11%
 Setembro 2025: 0,48%
 Outubro 2025: 0,09%
 Novembro 2025: 0,18%
 Dezembro 2025: 0,33%
 Janeiro 2026: 0,33%
 Fevereiro 2026: 0,70%
 Março 2026: 0,88%

Dólar fica de lado ante real com risco geopolítico e petróleo em alta



As principais taxas de juros subiram na primeira hora dos negócios na manhã desta segunda-feira, 20, em meio às tensões geopolíticas, que elevam a aversão a risco global. O movimento ecoa a decisão do Irã de fechar novamente o Estreito de Ormuz, após os Estados Unidos manterem o bloqueio portuário na região. Ao mesmo tempo, investidores digerem novos avanços nas projeções de inflação e Selic.

Na primeira hora dos negócios na manhã desta segunda-feira, 20, em meio às tensões geopolíticas, que elevam a aversão a risco global. O movimento ecoa a decisão do Irã de fechar novamente o Estreito de Ormuz, após os Estados Unidos manterem o bloqueio portuário na região. Ao mesmo tempo, investidores digerem novos avanços nas projeções de inflação e Selic.

“Na véspera de feriado, a liquidez tende a ser mais reduzida. Na agenda, a Pesquisa Focus trouxe novas elevações das expectativas de inflação para 2026 e 2027, movimento que hoje atingiu também as medianas para a Selic”, escreve em nota Silvio Campos Neto, economista sênior e sócio da Tendências Consultoria.

O tema domina as atenções em uma semana com a agenda de dados mais limitada, afirma a equipe de economistas do Departamento de Pesquisa Econômica do Banco Daycoval em relatório.

Ainda assim, a expectativa é de algum efeito positivo do aumento do preço do petróleo no setor exportador brasileiro. IstoÉDinheiro

DATA MERCANTIL
 SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
 comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

LM – Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 62.388.731/0001-03 - NIRE 35.201.247.479
Edital de Convocação para Reunião de Sócios
 Os sócios da Sociedade são convocados para a Reunião de Sócios a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 10h30, em primeira convocação, ou no dia 28 de maio de 2026 às 10h30, em segunda convocação, a ser realizada na sede da Sociedade, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.179, conjunto 32, Sala 6, Jardim Europa, CEP 01452-000, São Paulo/SP. A ordem do dia será a seguinte: – **Aprovação das contas dos administradores:** analisar e deliberar sobre as contas do administrador referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos do Artigo 14º do Contrato Social; – **Destinação dos lucros apurados:** analisar e deliberar sobre a destinação dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos do Artigo 14º do Contrato Social, definindo a forma de distribuição entre os sócios, na proporção de suas cotas, ou a eventual retenção de reservas; – **Distribuição de lucros acumulados:** deliberar sobre a distribuição de lucros acumulados. As demonstrações financeiras estão disponíveis aos sócios na sede da Sociedade. Os documentos necessários à representação dos sócios e de seus eventuais representantes legais, incluindo eventuais procurações, deverão ser encaminhados digitalizados ao administrador com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do horário da primeira convocação acima indicado para o e-mail raizadm@uol.com.br, sem prejuízo da obrigação de apresentar das vias físicas no dia da reunião. A Reunião será realizada de forma presencial. Os votos deverão ser manifestados pelo sócio ou seu representante legal durante a Reunião, sendo os resultados das deliberações registrados em ata lavrada na forma da lei. São Paulo (SP), 17 de abril de 2026. **Ricardo Morizono** - Administrador - Diretor Presidente.

R. Morizono Administração de Bens e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 15.461.517/0001-55 - NIRE 35.226.503.754
Edital de Convocação para Reunião de Sócios
 Os sócios da Sociedade são convocados para a Reunião de Sócios a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 10h00, em primeira convocação, ou no dia 28 de maio de 2026 às 10h00, em segunda convocação, a ser realizada na sede da Sociedade, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.179, conjunto 32, Jardim Europa, CEP 01452-000, São Paulo/SP. A ordem do dia será a seguinte: – **Aprovação das contas dos administradores:** analisar e deliberar sobre as contas do administrador referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos do Artigo 14º do Contrato Social; – **Destinação dos lucros apurados:** analisar e deliberar sobre a destinação dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos do Artigo 14º do Contrato Social, definindo a forma de distribuição entre os sócios, na proporção de suas cotas, ou a eventual retenção de reservas; – **Distribuição de lucros acumulados:** deliberar sobre a distribuição de lucros acumulados. As demonstrações financeiras estão disponíveis aos sócios na sede da Sociedade. Os documentos necessários à representação dos sócios e de seus eventuais representantes legais, incluindo eventuais procurações, deverão ser encaminhados digitalizados ao administrador com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do horário da primeira convocação acima indicado para o e-mail raizadm@uol.com.br, sem prejuízo da obrigação de apresentar das vias físicas no dia da reunião. A Reunião será realizada de forma presencial. Os votos deverão ser manifestados pelo sócio ou seu representante legal durante a Reunião, sendo os resultados das deliberações registrados em ata lavrada na forma da lei. São Paulo (SP), 17 de abril de 2026. **Ricardo Morizono**.

Raiz Administração e Participação de Bens Ltda.

CNPJ/MF nº 02.509.617/0001-62 - NIRE 35.215.094.912
Edital de Convocação Para Reunião de Sócios
 Os sócios da Sociedade são convocados para a Reunião de Sócios a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 10h15, em primeira convocação, ou no dia 28 de maio de 2026 às 10h15, em segunda convocação, a ser realizada na sede da Sociedade, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.179, conjunto 32, Jardim Europa, CEP 01452-000, São Paulo/SP. A ordem do dia será a seguinte: – **Aprovação das contas dos administradores:** analisar e deliberar sobre as contas do administrador referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos do Artigo 14º do Contrato Social; – **Destinação dos lucros apurados:** analisar e deliberar sobre a destinação dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos do Artigo 14º do Contrato Social, definindo a forma de distribuição entre os sócios, na proporção de suas cotas, ou a eventual retenção de reservas; – **Distribuição de lucros acumulados:** deliberar sobre a distribuição de lucros acumulados. As demonstrações financeiras estão disponíveis aos sócios na sede da Sociedade. Os documentos necessários à representação dos sócios e de seus eventuais representantes legais, incluindo eventuais procurações, deverão ser encaminhados digitalizados ao administrador com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do horário da primeira convocação acima indicado para o e-mail raizadm@uol.com.br, sem prejuízo da obrigação de apresentar das vias físicas no dia da reunião. A Reunião será realizada de forma presencial. Os votos deverão ser manifestados pelo sócio ou seu representante legal durante a Reunião, sendo os resultados das deliberações registrados em ata lavrada na forma da lei. São Paulo (SP), 17 de abril de 2026. **Ricardo Morizono** - Administrador - Diretor Presidente.

V. Morel S/A Agentes Marítimos e Despachos

CNPJ nº 58.135.195/0001-67 - NIRE nº 35.300.035.763
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
 Ficam convocados os acionistas da V. Morel S/A Agentes Marítimos e Despachos para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 27 de Abril de 2026, às 15h30, na sede social, situada à Rua Dr. Vital Brasil, nº 40, sala 03, Vila Belmiro, Santos/SP, CEP 11070-190, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomada das contas dos exercícios sociais encerrados em 2021, 2022, 2023 e 2024; (ii) Ratificação dos atos da administração; (iii) Eleição da Diretoria; (iv) Demais assuntos de interesse da Sociedade. Santos/SP, 17 de abril de 2026. **Luiz Vita Júnior** - Diretor Presidente. (18, 21 e 23/04/2026)

Guves Investimentos e Participações S.A.

CNPJ (MF) nº 09.067.673/0001-33

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 01/01/2025 a 31/12/2025 (Valores expressos em Reais)

Balço Patrimonial		Balço Patrimonial	
	Saldo Atual		Saldo Atual
Ativo	69.502.796,89	Passivo	69.502.796,89
Ativo Circulante	2.526.399,37	Passivo Circulante	24.752,32
Disponibilidades	74.788,75	Fornecedores Nacionais	6.937,62
Caixa	0,20	Fornecedores Serviços P.J.	6.937,62
Bancos Conta Movimento	1,00	Empréstimos e Financiamentos	1.765,09
Aplicações De Liquidez Imediata - Faf	74.787,55	Empréstimos de Pessoas Ligadas	1.765,09
Direitos Realizáveis A Curto Prazo	2.451.610,62	Obrigações Trabalhistas	9.684,57
Empréstimos A Receber	1.765,09	Folha de Pagamento de Dirigentes	8.035,00
Tributos A Compensar	76,96	Encargos Sociais a Pagar	1.649,57
Adiantamentos	6.975,17	Obrigações Tributárias	6.365,04
Estoques	2.442.793,40	Impostos Retidos A Recolher	111,63
Ativo Não Circulante	66.976.397,52	Impostos e Contribuições S/Receitas	6.253,41
Investimentos	66.976.397,52	Patrimônio Líquido	69.478.044,57
Investimentos em Coligadas e Controladas	70.456.869,55	Capital	450.100,00
Agio/Desagio	(3.480.472,03)	Capital Social	450.100,00
Imobilizado	0,00	Reservas	69.027.944,57
Bens e Direitos em Uso	1.012,70	Reservas de Lucros	69.027.944,57
(-) Depreciação Acumulada	(1.012,70)		
Demonstração do Resultado		Demonstração do Resultado	
31/12/2025		31/12/2025	
Receita Bruta	22.972.371,15	Lucro Operacional Bruto	2.538.492,89
(-) Deduções da Receita	(4.499,92)	Lucro Antes do IRPJ e CSLL	2.538.492,89
(=) Resultado Operacional Bruto	22.967.871,23	(-) IRPJ	(43.600,24)
Custos Das Mercadorias e Serviços	0,00	(-) CSLL	(20.749,70)
Resultado Operacional Líquido	22.967.871,23	Resultado Não Operacional	0,00
Despesas Operacionais	(20.429.378,34)	Lucro Operacional Líquido	2.474.142,95
A Diretoria			
Ariel Fernando Schajnovetz - Presidente - CPF: 214.083.578-60			
MG Contecnica Consultoria e Contabilidade Ltda. -			
Nilton Pires Nunes - Contador - CPF: 180.576.518-30 - CRC: 15P221950/0-2			

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

NEGÓCIOS

Empresa americana compra mineradora brasileira de terras raras por US\$ 2,8 bilhões



A empresa norte-americana USA Rare Earth anunciou nesta segunda-feira (20) a compra da Serra Verde, única mineradora de terras raras em operação no Brasil, em um negócio avaliado em US\$ 2,8 bilhões, combinando pagamento em dinheiro e ações.

Pelos termos do acordo, a USA Rare Earth desembolsará US\$ 300 milhões em dinheiro e emitirá 126,9 milhões de novas ações para viabilizar a transação. A conclusão do negócio está prevista para o terceiro trimestre de 2026, conforme comunicado divulgado pela empresa.

Em paralelo, a Serra Verde também anunciou que firmou um acordo de 15 anos para fornecer 100% da produção durante a fase inicial de sua mina a uma empresa de propósito específico capitalizada pelo governo dos EUA e por fontes privadas.

A Serra Verde opera uma mina de terras raras no norte de Goiás e atualmente exporta toda a sua produção para a China, país que domina 60% da extração e 90% do refino desses minerais. Mas a empresa já havia sinalizado no ano passado que remodelou contratos com chineses para escoar parte de sua produção para clientes ocidentais, sem

citar a nacionalidade deles.

A USA Rare Earth, que tem sede em Oklahoma, disse que planeja criar uma entidade combinada com atividades em toda a cadeia de suprimentos de terras raras pesadas e leves, que desempenham um papel importante em aplicações como ímãs para veículos elétricos, energia renovável e sistemas de armamentos.

As ações da empresa listadas na Nasdaq, segunda maior bolsa de valores dos EUA e do mundo, subiram 8,3% nas negociações de pré-mercado após o anúncio, resultando em uma capitalização de mercado de US\$ 4,4 bilhões.

Folhapress

Gatorade anuncia reformulação da marca na tentativa de dominar mercado



Não são apenas os atletas de alto rendimento que querem se manter hidratados, e isso se tornou um problema para a Gatorade.

A PepsiCo, proprietária da Gatorade, anunciou na quinta-feira (16) uma reformulação completa da marca em resposta ao aumento da concorrência. As mudanças incluem novas bebidas, pós e embalagens que reforçam as raízes da marca, baseadas na ciência, e a promovem além de sua identidade de longa data como bebida esportiva.

O objetivo é reinventar a Gatorade para que vá além de uma bebida esportiva e se torne uma marca de hidratação atraente para

Carrefour eletrifica frota que abastece lojas para reduzir emissões

O Carrefour Brasil iniciou a eletrificação da frota de cargas secas que abastece as lojas Carrefour Express na Grande São Paulo, buscando alinhamento com metas globais de redução de emissões do grupo francês.

A iniciativa começou em março, com 17 caminhões a diesel que atendiam a operação sendo substituídos por 12 veículos elétricos. Segundo a empresa, os novos modelos aumentam a produtividade das entregas em cerca de 33%.

"Antes, o custo para eletrificação era alto e havia pouca disponibilidade no mercado. Hoje os ativos são mais acessíveis e os processos evoluíram", disse Ricardo Ramos, diretor de logística do Carrefour e Sam's Club, em entrevista à Reuters.

Segundo o executivo, já foram investidos aproximadamente R\$ 6 milhões na primeira etapa do projeto. O valor abarca a compra dos caminhões elétricos tipo VUC (veículo urbano de carga), fabricados pela JAC Motors, além de baús de transporte e da criação da rede de carregamento que envolve eletropostos.

"O VUC tem capacidade de carga e autonomia que se mostrou bastante viável ao projeto", disse Ramos, citando que os veículos podem rodar em média 200 quilômetros com uma carga completa. "O Carrefour Express acaba sendo o nicho certo."

A segunda etapa do projeto está prevista para o segundo semestre, quando a companhia espera adquirir mais dez caminhões elétricos.

CNN



todos, disse Mike Del Pozzo, presidente da categoria de bebidas da PepsiCo nos Estados Unidos, à CNN.

A Gatorade inventou a primeira bebida hidratante disponível no mercado há mais de seis décadas. Mas cerca de 150 novas marcas entraram no mercado de hidratação desde 2020, e suas mensagens — incluindo as da Gatorade — têm sido "diluídas e confusas" para os consumidores, disse Del Pozzo.

A onda de concorrentes inclui ofertas de influenciadores como Alex Cooper e Kylie Jenner, bem como do astro do futebol Leo Messi, e de novas marcas em ascensão, como Electrolit e Liquid I.V.

Além disso, a principal rival, a BodyArmor, foi relançada no ano passado, mas tem enfrentado dificuldades com a empresa-mãe Coca-Cola, que reduziu o valor da marca duas vezes desde sua aquisição em 2021.

Todos estão aproveitando a febre da hidratação que cresceu após a pandemia, além de tendências nas redes sociais, como a tendência da água personalizada, apropriadamente chamada de #WaterTok, no TikTok. Prevê-se que as bebidas eletrolíticas cresçam de US\$ 40 bilhões no ano passado para uma categoria de US\$ 80 bilhões até 2032, de acordo com a Fortune Business Insights.

CNN